

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.888 - RJ
(2019/0103378-0)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
AGRAVANTE : PAULO ROBERTO DE MENDONCA
AGRAVANTE : JOSE ROBERTO DE MENDONCA
AGRAVANTE : ROBERTO CARDOSO ARAUJO DE MENDONCA
AGRAVANTE : MARA LUCIA DE MENDONCA NOGUEIRA
AGRAVANTE : VERA LUCIA MENDONCA CARDOSO
ADVOGADO : EISENHOWER DIAS MARIANO - RJ056550
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno interposto contra decisão monocrática proferida pela Presidência do STJ que conheceu do Agravo para não conhecer do Recurso Especial ante a incidência das súmulas 284/STF e 211/STJ.

A parte agravante refuta embasamento da decisão, sustentando:

A v. decisão ora agravada conheceu o agravo para negar provimento ao recurso especial, ao entendimento de que o recorrente apontou violação ao art. 1.022 do CPC, todavia, não especificou os artigos violados, incidindo, na hipótese, o óbice do enunciado da Súmula 284/STF.

Data venia, os agravantes indicaram os artigos violados conforme visto nas fls 622/623, quais sejam, os artigos 141, 492, 502, 503, 506 e 507 do CPC/2015, no artigo 6º, §§ 1º, 2º e 3º da LINDB, bem como desprestigiou os acórdãos prolatados nos diversos recursos julgados pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, dentre os quais destacam-se os REsp 255.040/SP, DJ 02/04/2011 e REsp 197.948/RJ, DJ 10/04/2000, todos favoráveis ao respeito e a imutabilidade do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada.

No tocante ao entendimento do óbice da Súmula 211/STJ, os agravantes agitaram os embargos de declaração às fls. 581/585 visando afastar a omissão quanto aos artigos supra citados, conforme visto nas fls. 583/584.

Assim, a matéria restou efetivamente prequestionada junto ao tribunal *a quo*.

Por derradeiro, os honorários advocatícios fixados nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, data venia, deverão ser afastados, eis que não houve condenação anterior nesse sentido e, por consequência, não há em que se falar em majoração do que não foi antes fixado em desfavor da parte recorrente (fl. 673, e-STJ).

Requer seja exercitado o juízo de retratação ou "seja o feito submetido ao Colegiado para admissão e provimento, a fim de que a decisão

Superior Tribunal de Justiça

agravada seja reformada (...), bem como para afastar a fixação dos honorários advocatícios em desfavor da agravante" (fl. 674, e-STJ).

Não houve impugnação (fl. 678, e-STJ).

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 1º de outubro de 2019.

Diante da argumentação trazida pelos agravantes, reconsidero o *decisum* vergastado, acolhendo as razões recursais.

Assim, **dou provimento ao Agravo Interno**, reconsiderando a decisão agravada, para torná-la sem efeito, e, ato contínuo, determino o retorno dos presentes autos ao Gabinete para posterior inclusão em pauta de julgamento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

Ministro HERMAN BENJAMIN

Relator